

O círculo da Leitaria Costa: itinerários populares da cultura de rua na transição do século XIX para o século XX¹

The circle of the “Leitaria Costa”: popular
itineraries of a street culture in the
transition from the 19th to the 20th
century

LUÍS AUGUSTO COSTA DIAS
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

luiscostadias[at]fcsb.unl.pt

Impossibilia. Revista Internacional de Estudios Literarios. ISSN 2174-2464. No. 17
(mayo 2019). Páginas 52-82. Artículo recibido 28 de agosto 2018, aceptado 07 de
marzo 2018, publicado 30 de mayo 2019

¹Este texto reconstitui as fichas de uma aula no *XIII Seminario Anual: De la casa a la calle: lugares, usos y apropiaciones de la cultura escrita (siglos XVI-XX)*, a convite da Universidade de Alcalá, 3 de fevereiro de 2017.



RESUMEN: A viragem do século XIX para o XX em Portugal, num período entre 1875 e 1925, marca o surgimento de uma cultura de massas que pode denominar-se de civilização do impresso, num contexto de crescimento e modernização dos meios urbanos. Nestes, as mudanças, novidades e diversidades económicas e sociais, ao lado dos avanços tecnológicos, potenciaram o crescimento e a importância dos objetos impressos na circulação da cultura, e em seu torno pode identificar-se a complexidade do processo de criação de condições de acesso à leitura, modos diferenciados de apropriação da cultura, tanto quanto a identificação de meios sociais emergentes em que tais condições se operaram.

PALABRAS CLAVE: cultura urbana de massas, cidades e meios sociais, cultura e objectos impressos, instrução, leitura e apropriação populares

ABSTRACT: The transition from the 19th to the 20th century in Portugal, roughly between 1875 and 1925, marks the emergence of a mass culture, period that can be called civilization of printing in the context of growth and modernization of urban environments. In these, changes, novelties and economic and social diversities, along with technological advances, have boosted the growth and importance of printed objects in the circulation of culture, and it is around them that one can identify the complexity in the process of creating conditions to reading access and differentiated modes of culture appropriation, as well as the identification of social environments in which these conditions were operated.

KEYWORDS: Urban mass culture, Cities and social environments, Culture and printed objects, Popular learning, reading and appropriation



“Tres grados y medio bajo cero marcaba el termómetro a las seis de la mañana del miércoles 12 de febrero de 1873” (Gama, 1858: 25-26) – foi neste ambiente, descrito por um cronista espanhol, que entrou na estação de Atocha, em Madrid, o séquito de Amadeu I, proclamado rei de Espanha pelas Cortes reunidas pouco mais de dois anos antes. “El Electo” estava agora a caminho do exílio, rumo a Portugal, depois de abdicar ao trono no dia anterior, na sequência imediata da proclamação da Primeira República espanhola, e, já pela noite daquele mesmo dia, depois de jantar perto de Badajoz, no modesto apeadeiro de Armachón, Amadeu de Saboia entrou finalmente na estação de Elvas (Fig. 1) e daí seguiu, ainda de comboio, para Lisboa.²



Figura 1. Chegada de Amadeu I à estação ferroviária de Elvas, ilustração de Vicente Urrabieta y Ortiz, La Ilustración Española y Americana, XVII (8), 24/02/1873, 125

²O terminal ferroviário em Elvas, concluído em julho de 1863, a partir do Entroncamento, ainda antes do principal ramal entre Lisboa e Porto chegar a Coimbra, foi a primeira ligação com Espanha; só vinte anos depois ficaria concluída a ligação entre Coimbra e Vilar Formoso, e cinco anos após esta a ligação entre o Porto e Barca d’Alva.

Este acontecimento serve para introduzir a importância que teve a rápida construção das vias de comunicação na segunda metade do século XIX português, acelerada nas décadas de 1870 e 1880, tanto a rede dos caminhos-de-ferro (Alegria, 1990: 239) como a do telégrafo eléctrico (Rollo, Pires, Queirós e Tavares, 2009: 51-96) que encurtaram espaço e tempo em termos reais e permitiram, portanto, alterar o ritmo das mobilidades, antes de mais das pessoas. Tal aspecto é relevante para a compreensão de um trânsito demográfico sem precedentes, não apenas pela emigração que tem sido valorizada pela historiografia por força do seu impacto geral no despovoamento de um país pequeno, sobretudo para a América e em particular para o Brasil (Cabral, 1988: 32; Leite, 2005), que viria a atingir um pico em 1910. Mais importante para a abordagem que aqui procuro seguir foi o movimento migratório interno, dos campos para as cidades, sobretudo para os principais centros urbanos do país cuja população não parou de aumentar até ao fim do primeiro quartel do século XX, especialmente em direcção a um eixo litoral atlântico. As deslocações demográficas e o crescimento urbano que se lhes associou estiveram finalmente na base de transformações no interior das cidades, numa conjugação com efeitos não apenas no plano das actividades económicas e sócio-profissionais que tem sido reconhecido pela historiografia, sem delas retirar porém os efeitos relevantes que se estenderam ao plano cultural e social, tanto ao nível de alterações urbanísticas modernas, no sentido em que estas potenciaram relações com novas actividades culturais (Silva, 2016), como ao nível das vivências e sociabilidades em contexto citadino (Peixinho & Dias, 2015). É este nível que aqui irei explorar, em particular, no que respeita ao desenvolvimento do que designo por uma *cultura de rua*. Isto é dizer que, para além de uma cultura própria do campo intelectual e cruzando-se com este, emergiu nos meios urbanos uma cultura “popular”, designação que deve ser vista como expressão concorrente e contrastante com a cultura letrada tradicional em que podem identificar-se “disposições específicas que distinguem” diferentes “comunidades de leitores e tradições de leitura”

(Chartier, 1989: 1510), mas também diferentes agentes e círculos de sociabilidade próximos, em particular diante de uma massificação dos objetos impressos, que foram então os instrumentos de primeira linha no processo de formação de uma cultura de massas de origem e matriz urbanas.

CRESCIMENTO DOS MEIOS URBANOS

Antes de mais, o crescimento urbano de que falo abriu “de forma irreversível” (Magalhães, 2014: 123) o processo da *décalage* contemporânea entre o interior do território, que então incluía todo o sul do país (não sendo estranho que a ligação ferroviária à cidade de Faro apenas ficou concluída em 1889, momento terminal na construção dos principais ramais dos caminhos-de-ferro), e o eixo litoral entre as cidades de Setúbal, próxima a Lisboa, e Viana do Castelo, bem no norte do país. Era este, aliás, o principal eixo ferroviário das linhas portuguesas que, no total do país e em valores aproximados, viram aumentar o transporte de passageiros sucessivamente de 2,1 milhões em 1880, para 7,8 em 1890, 11,9 em 1900 e 16,5 milhões de viajantes em 1910 (Alegria, 1990: 216, 354). As principais cidades portuguesas, sobretudo situadas naquele eixo litoral, registaram, na viragem do século XIX para o século XX, um aumento dos seus residentes entre 50 e 150%, quando o aumento populacional nos meios rurais do continente mal ultrapassou os 30%. Mais, ainda, enquanto a população das freguesias rurais do continente, entre 1878 e 1911, cresceu 23,9%, nas pequenas vilas urbanas que eram cabeças de concelho aumentou 37,9% e a das cidades subiu 83,1% (*Anuário Estatístico*, 1911: 50-51). Não creio, portanto, estarmos diante de um movimento “modesto” ao nível da expansão urbana (Leite, 2005: 69-70), tanto mais vista no contexto global do país; como não julgo relevante, para auscultar a importância dos efeitos sociais e culturais resultantes dos indesmentíveis ganhos urbanos na viragem de século, que se reduza a 17% o peso da população das cidades com mais de cinco mil habitantes (Martins, 1997: 497), afinal vinte e oito das vinte e nove cidades portuguesas do continente em 1911, em face da inegável

maioria da população rural à data, como se esta correspondesse aos restantes 83%, quando seria prudente relativizar essa dicotomia e tomar o conjunto das cidades e vilas urbanas então correspondente a uma taxa de urbanismo próxima de 30% sobre um território rural que não chegava a 70%, dado afinal mais próximo da população activa no sector primário, como se verá.

Não cabendo, porém, analisar aqui em detalhe o crescimento urbano que não posso deixar de relevar, mas com a convicção de que carece de uma reinterpretação histórica em que os indicadores demográficos devem ser lidos no plano geográfico, sublinho como característica dessa migração interna a sua deslocação com três polos de destino fundamentais para as cidades de Lisboa (com um crescimento de 133,5% entre 1864 e 1911), Coimbra (64,6%) e Porto (120,4%), nas quais devem incluir-se os meios urbanos próximos de cada uma dessas cidades, como metrópoles aglutinadoras ou de “contiguidade territorial” que também se verifica na geografia cultural (Magalhães, 2014), sobretudo com uma atração por Lisboa e Porto cujas populações cresceram ainda até 1925, respectivamente, 200% e 153,2% (*Anuário Estatístico*, 1925: 28 e 36).

Ora, o eixo litoral atlântico a que me refiro com insistência não foi apenas o traçado das cidades que beneficiaram de um crescimento demográfico mais importante, senão também a linha de um desenvolvimento social e cultural tipicamente urbano que produziu efeitos na emergência do processo de massificação em Portugal. Pensando num quadro de efeitos multiplicadores de crescimento ao nível da cultura em Portugal, a partir do último quartel do século XIX, a ferrovia constituiu, mais do que a ligação de um mercado nacional, um elo de relação dos principais centros urbanos (para além da ligação do país com o estrangeiro), e o telégrafo estabeleceu um sistema de comunicação com retorno para esses centros. A rede ferroviária tornou-se rapidamente e manter-se-ia ainda por largo tempo o grande meio de circulação dos impressos, a partir do qual começou a estabelecer-se um circuito de distribuição do livro com destino a representações ou agências disseminadas sobretudo pelos espaços

urbanos (Domingos, 1985: 66-71) quando o processo tradicional de assinatura no consumo dos bens impressos concorria já com o crescimento da venda avulsa, isto é um mercado directo, mais alargado e mais indiferenciado.

É por isso expressivo que, em 1870, o jovem artista Rafael Bordalo Pinheiro tenha caricaturado o escritor português que mais escreveu e vendeu novelas, Camilo Castelo Branco, em cima de uma locomotiva (Fig. 2) – numa dupla representação da sua vertigem criadora, “escrevendo a vapor”, e da propagação dos livros “do escritor que aos quarenta anos já tinha publicado quarenta volumes” (Vasconcelos, 1870: 6-7) num mercado que começava a ser destinado às massas.³ Em simultâneo, a telegrafia eléctrica que, sem embargo de uma ligeira antecedência, acompanhou de perto a expansão do comboio a vapor, constituiu o grande veículo de circulação de um volume informativo crescente que permitiu a criação, desenvolvimento e interesse nos grandes centros urbanos de uma imprensa de massas orientada pelo *fait-divers* a uma escala cada vez mais global.⁴ Ambos, enfim, potenciaram a revolução tecnológica do impresso que ocorreu em simultâneo e cuja industrialização encontrou naqueles os meios de mais rápida difusão, de expansão e de diversificação dos objectos impressos em condições cada vez mais acessíveis: a cultura de massas foi, em suma, corolário de um contexto combinado de “aceleração das migrações, da urbanização e da industrialização” (Kalifa, 2001: 4).

³Sobre as edições de Camilo até à década de 1870, cfr. (Anselmo, 1997).

⁴Além do sistema de *correspondentes* que os novos jornais tinham (e por vezes destacavam propositadamente na ocasião de acontecimentos previstos) nas cidades e algumas vilas, recorde-se que um jornal diário como *O Século*, chegou a abrir uma agência em Paris em 1913 (Dias, 2018: 47).

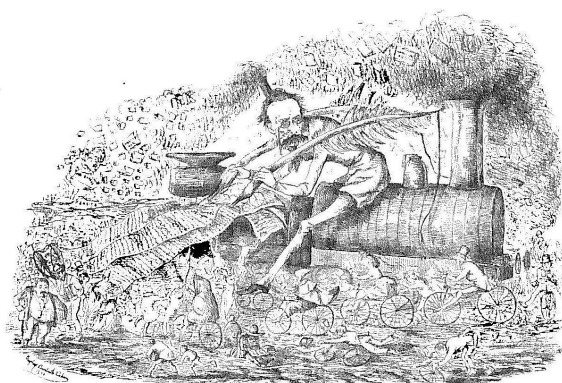


Figura 2. [As novelas de Camilo Castelo Branco], caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, in O Calcanhar d'Aquiles, 1870

ALTERAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS NOS MEIOS URBANOS

Ora, a deslocação populacional para os principais centros urbanos, sobretudo litorais, alterou tanto a paisagem urbanística como as características sociais dos seus residentes, ao mesmo tempo que transformou os meios de sociabilidade e as práticas culturais. Isto é, alterou as condições do espaço público, diversificou as condições de acesso à cultura e os meios de aprendizagem (que convém não confundir, então, com escolaridade), ampliou os objectos de informação e comunicação, diferenciou os modos da sua apropriação, complexificou as vivências sociais e culturais, estendeu os níveis de lazer. Em poucas palavras, a cidade foi o lugar onde emergiu então uma cultura de massas. Numa sociedade que, no início do período em análise, era ainda dominada no seu conjunto pela actividade económica do setor primário com quase 70% da população activa maioritariamente rural, esta registou um declínio contínuo do seu peso para 62,1% em 1890, para 57% em 1911 (Reis, 2005: 123), descendo para

pouco mais de 48% em 1930 (*Anuário*, 1930: 21-25).⁵ A novidade era agora o rápido crescimento das actividades dos sectores secundário e terciário, localizados nas principais cidades ou numa cintura próxima das grandes metrópoles; isto é uma indústria que, entre 1890 e 1911, passou de 18,1% para 21,6% da população activa, e os serviços modernos, que passaram de 19,8% para 21,3% em igual período (Reis, 2005: 123), crescendo os activos de cada um destes sectores 45% e 43%, respectivamente, entre 1900 e 1930, enquanto o sector primário apenas aumentou 24% (*Anuário*, 1930: 21-25).

Ora, o interesse destes dados não consiste em fixar-se um quadro estritamente social, mas estabelecer a sua relação com os meios e as actividades culturais, as suas práticas e representações num quadro profundo de efeitos multiplicadores em que os índices de crescimento cultural exerceram estreita relação entre si. Assim, cresceram e diversificaram-se as profissões urbanas e a quantidade dos seus efectivos, ampliando o número de empregados nas repartições do funcionalismo público, nos escritórios privados das grandes e pequenas empresas, no comércio de todo o género desde os pequenos estabelecimentos aos grandes armazéns, nos transportes urbanos tanto colectivos como privados, nas comunicações interurbanas das redes postais, telegráficas ou telefónicas, nas casas de espectáculos ou na estrutura das organizações associativas... profissões do sector terciário que exigem, pelo menos, um mínimo de funções intelectuais que tornaram possível formas de ascensão ou afirmação social, em maior ou menor escala, através da porta da cultura. Além destas, não podem ser esquecidas as profissões intelectuais propriamente ditas, então reunidas na designação genérica de “profissões liberais”, que duplicaram entre 1900 e 1911, mesmo que os seus efectivos em actividade representassem pouco mais que um terço do total de recenseados na categoria (*Anuário*, 1900: 54-55; 1911: 53); neste sector cresceram os profissionais ligados à literatura, ao jornalismo e ao ensino, num campo literário então muito híbrido cujos

⁵Os dados não incluem, para este último censo, a prestação de trabalho servicial em cada sector de actividade e obrigam a cálculos de indexação sectorial que não compete resolver aqui.

protagonistas provinham ainda de outras profissões liberais ou mesmo do funcionalismo, tanto judicial como da administração pública.

Se, em geral, o sector do comércio e serviços ampliava a capacidade de acesso à cultura nos meios urbanos (literacia à parte, conforme estritas necessidades básicas de saber ler, escrever e contar), também o crescimento da população industrial nas cidades, mesmo provenientes do êxodo rural, atingia níveis consideráveis de alfabetismo, como demonstra já o inquérito industrial de 1890 relativo à cidade de Lisboa, com uma média de 46% dos seus empregados com algum grau de literacia, destacando-se sobretudo uma elite operária no seio da indústria do papel, tipografia e encadernação com 95%, mas também na de chapelaria ou do calçado, com 61% em ambas, ou na metalurgia com 60% – sectores “que mais requeriam conhecimento ou alguma perícia técnica” (Mata, 1999: 136-137). Tal aconteceu num período que vai de “um novo surto industrial” (Cabral, 1988: 51, 87) até à “difusão da grande indústria” entre 1892 e 1902, beneficiada finalmente por um “salto tecnológico” nos anos 1903 a 1907 (168), no termo do qual o trabalho industrial concentrava metade da força de trabalho nas fábricas com mais de cem operários num total de cinquenta mil em 1907 (204-205).

No cenário de espectáculo a céu aberto que as cidades modernas representavam, as condições do espaço público já não eram as dos salões e academias, nem mesmo dos parques gradeados da *high-life* social, frequentadas outrora por uma elite aristocrata e da grande e média burguesias, para as quais a multidão não passara de figura de retórica ou demagógica. A cidade moderna tem como cenário a rua, frequentada por uma massa de transeuntes em grande parte constituída por uma pequena burguesia trabalhadora e novos estratos populares emergentes que incluíam parte de um lumpemproletariado, ou seja uma plebe urbana de serviços (incluindo serviços domésticos) cujo aumento incomensurável está atestado entre 1900 e 1930 e cabe indexar na prestação de inúmeros e genéricos serviços do quotidiano urbano. É sobretudo essa base alargada da pirâmide social urbana que aqui vai ser objecto de atenção.

Na “cidade formiga” da transição de século (Almeida, 1918),⁶ o objecto cultural por excelência não é apenas o livro, ainda recolhido na leitura individual, guardado como objecto de família e partilhado em espaço restrito, mas ampliado em partilha pública desde o último quartel do século XIX, nos gabinetes de leitura e nas “associações de todo o género”, inclusive em livrarias populares (Domingos, 1985: 146-176), bem como nas bibliotecas associativas que ofereciam “espaços de leitura nos principais centros urbanos” (Magalhães, 2014: 99-100; 121-123) ou nas bibliotecas municipais de frequência nocturna, antes das chamadas “bibliotecas móveis” itinerarem o acesso a uma leitura de rua já transição para o século XX e suas primeiras décadas (Fernandes, 1971; Melo, 2010). Ao longo deste período, passam a dominar novos objectos, perecíveis, efémeros, consumidos com rapidez, produzidos em mais larga escala, acima de todos o jornal, sobretudo os diários de grande informação que, além de servir uma diversidade de notícias e o apetite das emoções pela reportagem do momento, estimulou as actividades de lazer, o gosto pelo curiosismo enciclopédico em pequenos destaques, com acesso barato à sua leitura ao preço de dez réis por jornal e com tiragens que passaram por exemplo nos dois principais títulos concorrentes de Lisboa, entre 1889 e 1908, de vinte e seis para trinta mil exemplares diários, no caso do *Diário de Notícias*, mais ainda naquele que se tornou o grande jornal de massas, *O Século*, de vinte e cinco para oitenta e cinco mil (Dias, 2018: 45). Durante este último período, o jornal tornou-se um objecto popular de leitura na rua, acessível às camadas urbanas mais baixas (Fig. 3).

⁶A *Cidade Formiga* reuniu crónicas citadinas antes editadas em folhetim de jornal e constituiu contraponto com a cidade “romântica” que foi objecto de outro livro do mesmo autor.

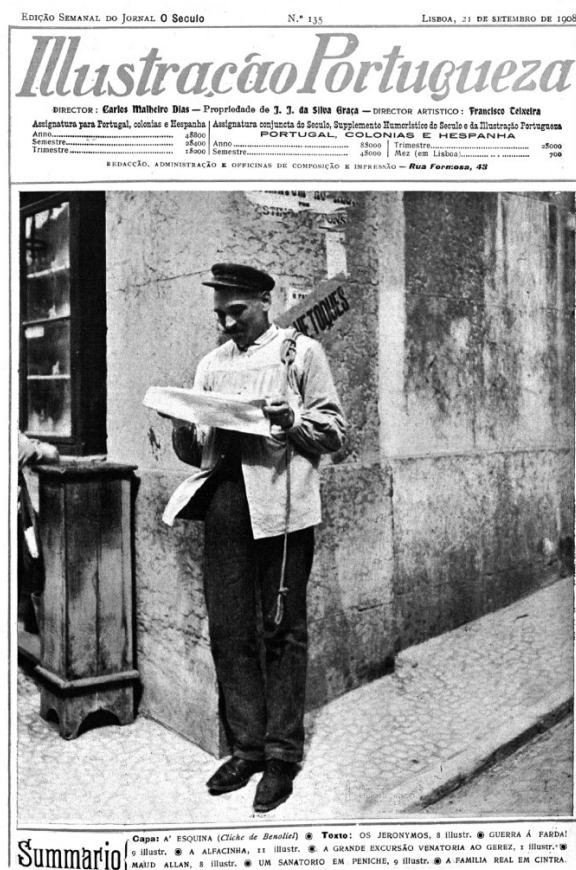


Figura 3. "À esquina", fotografia de Joshua Benoliel para a capa de *Ilustração Portuguesa*, 21/09/1908.

Fixando aqui em particular o mundo do livro, este ganha novos formatos e torna-se atractivo, com a invenção da colecção,⁷ em livro de bolso e com recurso cada vez maior à ilustração impressa (ou com capas apelativas). As modernas editoras, com uma estratégia de mercado que as destacava dos antigos livreiros, potenciaram ainda a capacidade de compra com recurso à edição em fascículos periódicos ou, como também então se dizia, em *cadernos semanais* ou *cadernetas*, baixando preços por exemplar e aumentando tiragens, de modo a trazer para o repertório de leitura popular os romances cor-de-rosa, as histórias de capa e espada, os livros de aventuras maravilhosas, os temas de mistério ou policiaes. Foi a moda que

⁷O sistema de colecções literárias, nomeadamente designadas como "económicas", ascende em Portugal à década de 1850 com a primeira iniciativa de Eduardo de Faria que, através da Tipografia Universal, se prolongou na década de 1860 (Pereira & Rodrigues, 1906: 282): começou com um formato *in-fólio* (c. 30 cm.), reduzido depois para *in-oitavo* grande (c. 20 cm.); mas só com as edições de Corazzi foi sistematizado o formato popular em *in-oitavo* pequeno (c. 16 cm.), capaz de caber dentro do bolso.

o escritor Fialho de Almeida designou então desdenhosamente por “romances [à] Corazzi” (Almeida, 1890: 20), aludindo a um dos primeiros editores modernos, David Corazzi, que operou nas décadas de 1870 e 1880 com uma concepção editorial e de mercado destinado às massas (Viana, 1990); e, por compra desta em 1888, surgiu a Companhia Nacional Editora (Gouveia & Dias, 2017: 23-25) que ocupou, segundo o inquérito industrial de 1890, o lugar da maior editora privada em Portugal, a seguir à Imprensa Nacional (Barreto, 1981: 271). Algumas colecções eram conhecidas mais pela sua designação do que pela sua chancela, como a muito popular *Leitura Portuguesa*, chancelada pela Livraria Morais que, em anúncio de jornal (*O País*, 28/07/1910), divulgava um catálogo de “3.267 romances dos melhores autores nacionais e estrangeiros” que também abria à leitura pública no “gabinete” que aquela editora manteve em actividade entre 1895 e 1920 (Domingos, 1985: 147-148).

O próprio comércio livreiro, num quadro de difusão de massas, sofria já concorrência de mercados paralelos, cuja proliferação nos centros urbanos foi alvo de reparo por parte de um jornalista, neste termos: “Há lojas que, embora não seja essa a sua especialidade, fazem mais negócio em livros do que no seu comércio, como são as tabacarias, quiosques, bengaleiros nos teatros e até à porta de algumas tabernas” (*Os Serões*, 9/1910). Fora das mais raras e escolhidas livrarias, os livros vendiam-se num circuito crescente de alfarrabistas populares (Fig. 4), em estabelecimentos anexos aos cafés (Fig. 5), mas também nos mercados ou feiras (Fig. 6) ou simplesmente em bancas de rua (Fig. 7). Os livros podiam ser a derradeira etapa ou complemento final de textos publicados uma primeira vez em fascículos semanais ou em folhetins de jornais diários... e vulgarmente em maus materiais para se reproduzirem a preços acessíveis que, na viragem do século, representavam o valor de dez ou quinze jornais diários por livro ou em fascículo a preço de três a seis jornais.



Figura 4. [O alfarrabista Pires], fotografia de Joshua Benoliel, p&B, 1907. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa.



Figura 5. [Café Royal], fotografia de Joshua Benoliel, p&B, 191?. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa.

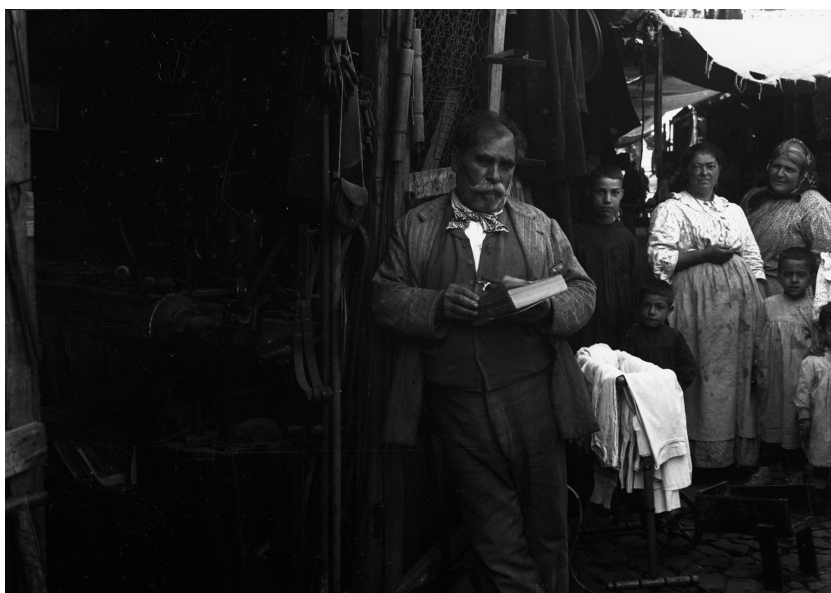


Figura 6. [Venda de livros num mercado], fotografia de Joshua Benoiel, p&b, 1907. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa.



Figura 7. [Venda de livros na rua], fotografia de Joshua Benoiel, p&b, 1907. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa.

Quando, em 1859, uma *Biblioteca Económica e Popular* lançada pela Tipografia Lisbonense, então pertencente a Aguiar Viana, procurou revolucionar o mercado livreiro com a publicação de clássicos (sobretudo estrangeiros) com volumes “de 64 páginas [...] contendo tanta leitura como qualquer volume de 200 réis” mas a preço de “40 réis”⁸ – a tentativa para criar esse fundo barato de leitura “popular” não passou de cinco títulos. Se não estavam então criadas condições de mercado alargado, nomeadamente com a massificação do público leitor, vinte anos depois a situação estava alterada. Quando David Corazzi começou a editar a muito célebre *Biblioteca do Povo e das Escolas* (Fig. 8), colecção de divulgação de conhecimentos úteis, a cinquenta réis por volume de sessenta e quatro páginas e com periodicidade quinzenal, o sucesso foi imenso: só o primeiro volume conheceu quatro edições entre 1881 e 1883, e cada um dos 16 dezesseis volumes publicados só no primeiro ano começou por conhecer tiragens de dez mil exemplares e chegou a atingir vinte mil por edição. Mercado e público estavam assim a mudar no sentido da edição de massas que, nas palavras de Ramalho Ortigão, insuspeitável elegante da elite intelectual do tempo, tinha no exemplo daquela colecção “a livraria de algibeira de qualquer operário” (Domingos, 1985: 73-78).

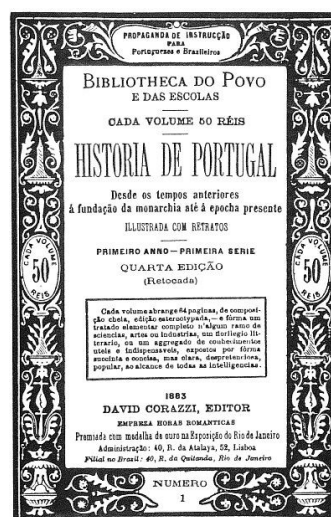


Figura 8. *Biblioteca do Povo e das Escolas*, primeiro volume da colecção.

⁸À falta de uma história da edição no Portugal Contemporâneo e ainda na penumbra de informação conhecida, a Tipografia Lisbonense, criada por A. C. Dias à volta de 1835 como editora especializada em pequenas peças teatrais, passou a ser orientada, pelo menos a partir de 1847 e até 1863, pelo tipógrafo José Carlos de Aguiar Viana. Informação sobre essa colecção anexa à tradução de *Os estudantes*, de Alexandre Dumas.

No campo das edições literárias, a indústria livreira assegurava ao longo de algumas décadas a estabilidade de preços “populares”, por força do aumento de tiragens que um público crescente permitia. As tiragens já não se contam por umas centenas, mas por milhares, quantas vezes em várias edições e incluídas em colecções populares com várias designações identificativas, como *Biblioteca Económica*, *Biblioteca Popular*, *Teatro Para Todos*, *Biblioteca Dramática*, *Colecção Económica* (Fig. 9): esta última, criada pela Livraria de António Maria Pereira, manteve ao preço de cem réis cada livro de trezentas páginas entre as décadas de 1890 e 1910 e, ao lado desta, uma *Nova Colecção Pereira* de temas e leituras mais populares compreendia livros de cento e noventa páginas a cinquenta réis cada um.⁹ Nestas colecções, com obras de origem nacional ou traduzidas de sucessos universais, destinadas a públicos socialmente diferenciados, dão-se à leitura os “best-sellers” da época, de tal maneira lucrativos que chegam a ser impressos em tipografias populares, por vezes em colecções publicadas em simultâneo por diferentes editores – campo de estudo ainda por sistematizar, tanto mais diante das dificuldades levantadas por um sector editorial de objectos de má qualidade tipográfica, portanto perecíveis e hoje em grande parte desaparecidos, perdidos no emaranhado das bibliotecas ou sobreviventes em colecionadores particulares.

⁹A *Colecção Económica*, iniciada como outras do mesmo editor em 1895, atingiu até 1915, já sob gestão dos herdeiros do fundador como Parceria A. M. Pereira, uma lista de pelo menos oitenta e seis títulos com reedições de grande parte deles ao longo desse período de vinte anos. Estas práticas comerciais eram, em Portugal e nessa época, em tudo semelhantes ao praticado em Espanha, França e Alemanha, ressalvada a diferente escala de proporção populacional em relação à portuguesa, conforme atesta Gil (1909: 24-27).

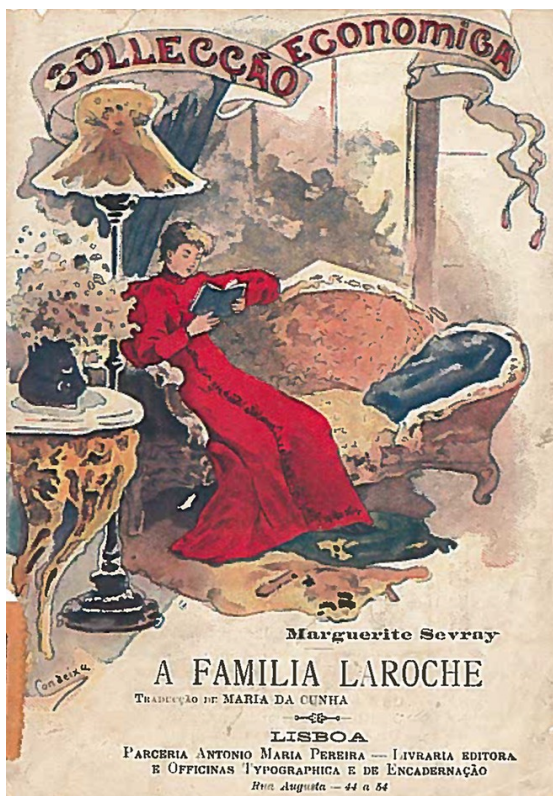


Figura 9. Coleção Económica de êxitos populares a baixos preços, 1895-1915

Esta foi, pelo predomínio dos seus objectos, uma *civilização do impresso*. E os objectos impressos de todo o tipo não pararam de crescer, sobretudo quando aliados à ilustração, numa indústria cultural que foi muito para além do livro: dos folhetos aos cartazes (em que a publicidade deu os primeiros passos), os impressos podiam consumir-se com rapidez, à passagem dos transeuntes nas ruas, nos bancos de jardim, nas estações de transportes. De leitura rápida e, por isso, muito populares eram também os Almanques (boletins de informação diversa e curiosidades que podiam conter trechos literários) e sobretudo os folhetos de cordel (histórias exíguas, diálogos cénicos ou poemas de curta extensão), em materiais pobres e com impressão de muito baixa qualidade, que sobreviveram sobretudo graças a colecionadores.¹⁰ Nunca se publicou tanto como nesta época estes objectos que ainda recentemente correram em Portugal nos meios populares com pouca instrução e de fraca literacia: a literatura de cordel, arrancada a temas da tradição culta que se tornaram dilectos na

¹⁰Um estudo orientado numa perspectiva histórica, para este tipo de edições no Portugal contemporâneo, encontra indicação de colecções de fontes em Nogueira (2004).

tradição oral e reinventados em formas simplificadas, cobria todos os géneros literários, desde a curta novela ao conto, da publicação satírica ou jocosa ao pornográfico... correspondendo às práticas culturais e ao universo de representações das camadas sociais emergentes na vida cultural urbana da época, que constituíram um meio com os seus objectos específicos, os agentes de produção próprios e os círculos de sociabilidade distintos.

Entre a produção desta literatura popularizada – que um cronista debruçado sobre “A crise do livro” (leia-se, o livro objecto de culto das elites de outrora) considerava serem “romances de fancaria, cuja venda entretanto aumenta de dia para dia”, constituindo “o alimento da cultura incipiente da massa semiletrada” (*Diário Ilustrado*, 17/09/1910) –, figuravam alguns autores experimentados que, segundo Fialho de Almeida, cediam “às flutuações de gosto da gente grosseira, principal clientela dos jornalinhos, dos almanaques e pequenos livros de narrativa e impressão” (Almeida, 1923: 193). E ao lado desta literatura, aliás em conjugação com ela, proliferavam ainda os manuais populares que pretendiam ensinar as classes não instruídas a ler e escrever (Fig. 10) ou a melhorar uma aprendizagem frustemente adquirida (Fig. 11), permitindo reforçar o número de leitores potenciais provenientes de uma “escolarização” por via autodidacta, alternativa e concorrente da escola formal.

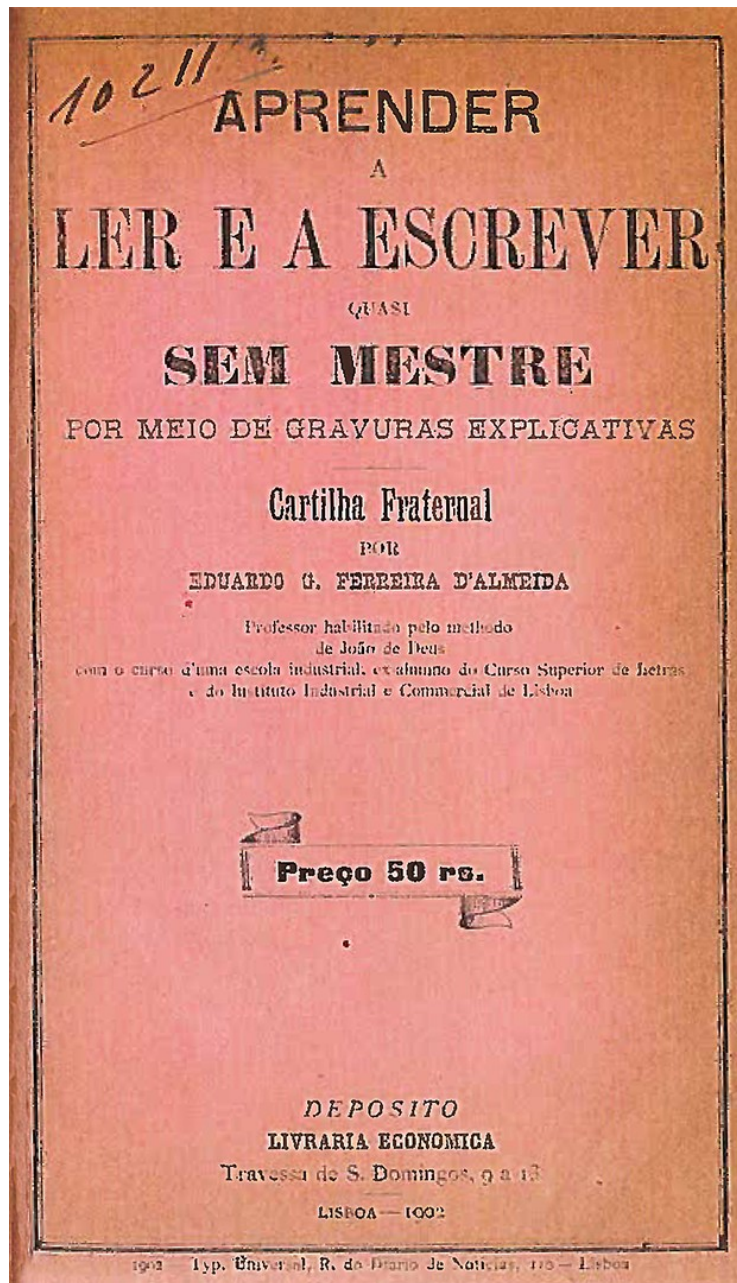


Figura 10. Folheto de la Livraria Económica para aprendizagem básica, 1902



Figura 11. Livro de Leitura de la Biblioteca do Povo e das Escolas, 1885

APRENDIZAGEM E LEITURA NOS MEIOS POPULARES URBANOS

A evolução na frequência da escola tradicional, pública ou particular (aliás, com um decréscimo progressivo desta última), foi extremamente lenta na transição de século, não apenas no que toca ao crescimento do número de escolas como de alunos no ensino básico (Gomes, 1996: 30, 33, 50, 55-56). Essa lentidão de crescimento da população em idade escolar e do número de estabelecimentos de escolaridade primária prosseguiu depois de 1910, mantendo-se durante a I República um registo de mais de metade dos indivíduos em idade escolar básica, a nível nacional, sem frequência de qualquer instituição formal de ensino e,

assim, remetidos ao analfabetismo (*Anuário*, 1920: 70). Porém, a realidade urbana do analfabetismo, por volta de 1880, não acompanhava já substancialmente o quadro nacional que então correspondia a cerca de 78% de indivíduos sem saber ler nem escrever: as transformações sociais nas cidades portuguesas tinham já criado condições para alterar a capacidade de acesso à leitura da população urbana, em particular nos principais centros do eixo litoral cujos residentes masculinos rondavam já 50% de indivíduos com capacidade para “ler e escrever” ou apenas para “ler” (Fig. 12). Esse valor era já ultrapassado nas cidades do Porto (55%), de Coimbra (56%) e de Lisboa (com 54%). Durante décadas, para o período em que incide este estudo, não voltamos a ter indicadores que permitam aferir a evolução no recuo do analfabetismo nos meios urbanos, excepção para as cidades de Lisboa e do Porto, onde os indivíduos com capacidade para ler e escrever passam, respectivamente, para 67 e 71%, em 1890, e ainda para 78 e 77%, em 1920.

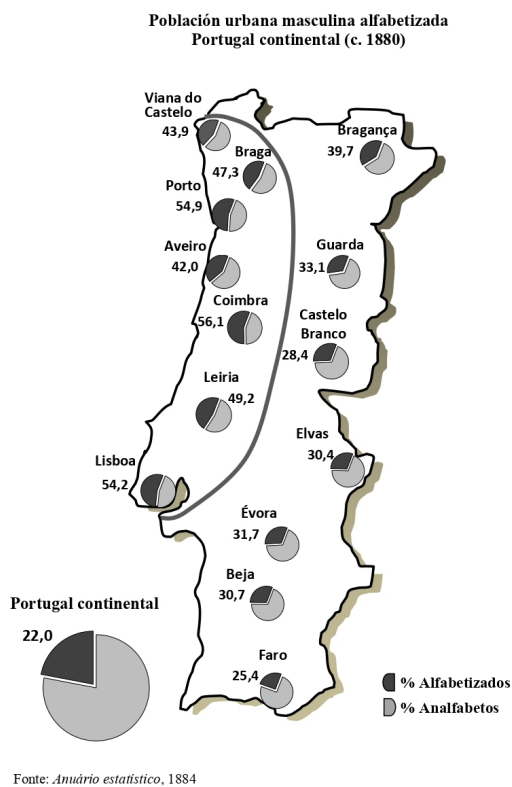


Figura 12. População urbana masculina alfabetizada em Portugal continental (c. 1880)

Tal foi possível graças à “escola” do autodidactismo, a que se acedia já em idade adulta, como meio mais eficaz na época para generalizar o acesso à instrução nos meios urbanos por parte das camadas mais pobres da população. Mesmo em termos nacionais, foi na faixa etária compreendida entre os vinte e os quarenta anos de idade que começaram a registar-se os indicadores mais elevados de acesso à cultura: em 1890, a população masculina alfabetizada oscilava entre 33 e 35,8% dessa faixa etária, crescendo em 1920 para 46,7 a 49,5% no mesmo grupo de indivíduos (*Anuário*, 1920: 20); e, dez anos mais tarde, situava-se já entre 52 e 55% de homens instruídos (*Anuário*, 1930: 18-19). Estes dados, relativos ao universo nacional, teriam certamente uma expressão mais elevada nos meios urbanos, onde inclusivamente a população feminina registaria ganhos de integração cultural atestados, pelo menos, ao nível de uma pequena burguesia com condições de acesso à escola formal (Gomes, 1996: 33, 56). Na base da pirâmide social urbana, onde os registos oficiais não penetram com subtileza estatística, podemos no entanto identificar já uma hierarquia na instituição escolar ou de aprendizagem cujo topo era constituído por uma Academia de Estudos Livres, fundada em 1889 e transformada em 1904 numa Universidade Popular (Pintassilgo, 2011). No percurso inverso até aos meios e processos mais elementares de acesso popular à cultura, passamos pela criação de escolas e bibliotecas móveis, de associações e centros operários (como a Voz do Operário, em actividade desde 1883 com a organização de cursos, gabinetes de leitura e um jornal de divulgação com o mesmo nome da instituição, entre inúmeras iniciativas educativas e culturais), incluindo novos métodos de aprendizagem, até chegarmos à detecção dessa instituição informal de ensino que foram os “mestres de rua”, sobretudo com a designação feminina de “mestras de rua”, que ensinavam as crianças pobres, nas suas zonas de residência, a ler e escrever em termos básicos.¹¹

¹¹Este processo de aprendizagem de rua, às crianças “cujos pais sem posses” não podiam sustentar os custos de uma educação aos filhos a quem restava andar “a garotar pelas ruas” (Marques, 1935: 14), carece ainda de estudo; mas pode encontrar explicação inicial na disponibilidade que, nessa época, permitia ocupar o excedente de milhares de habilitados a leccionar o ensino básico, sem colocação nas escolas públicas ou particulares.

O CÍRCULO DA “LEITARIA COSTA”

Neste quadro de formação de uma cultura alternativa que permitiu o acesso das camadas populares a um espaço público mais alargado e diversificado, representando esse campo de uma “massa semiletrada” um meio rico e complexo de actividades, é possível detectar no seu seio o aparecimento de círculos de sociabilidade, com os seus próprios agentes de produção e difusão de objectos impressos. No meio urbano de Lisboa na transição de século, irei finalmente identificar, um desses círculos populares que construiu uma dinâmica de experiências culturais e tinha como um dos seus pólos aglutinadores e de diversidade social, um estabelecimento comercial que era, por volta de 1875, um verdadeiro “viveiro de artistas”: a Leitaria Costa (Marques, 1935: 46). A sua notícia emerge das memórias póstumas de um futuro editor que, saído das camadas populares, enveredou com irreprimível ensejo de se cultivar, então frequente nesse meio social, pelo percurso emancipatório do autodidactismo, vindo a ascender ao topo das actividades editoriais em Portugal. Era este Henrique Marques, filho de um operário quase analfabeto e de uma criada doméstica, que entrou nesse círculo popular pela via do outro pólo de convívio cultural, a tabacaria (a que juntara a actividade de alfarrabista) de Domingos Manuel Fernandes (46-47).

A Leitaria Costa, estabelecimento enquadrado entre o café e o botequim (Fig. 13), era frequentado tanto por uma boémia de artistas de teatro no início de actividade (ou almejando carreira) em pequenas companhias, mas também por escritores de todos os escritos nas horas vagas, autores de poesia e novela, até ensaio, a que não faltaram intelectuais da elite culta de Boémios como Gomes Leal e Fialho de Almeida, entre outros como Leite Bastos, o pai da literatura policial portuguesa, numa roda de “intelectuais” proletários, colaboradores em dicionários populares de cultura geral, ocasionais em periódicos, como o próprio Marques que era então ajudante numa loja de fanqueiro. Domingos Fernandes fora operário chapeleiro na província, onde aprendeu a ler e a escrever por sua conta, antes de se estabelecer em Lisboa, primeiro como empregado no comércio, depois com a sua pequena loja, adestrando-se

nas letras até escrever correctamente e publicar um romance, em 1871, seguido de uma *Biografia Político-Literária* de Almeida Garrett, em 1873; resolveu-se então a juntar às actividades da sua loja uma pequena oficina tipográfica, ao lado da qual ainda criou uma editora, a Livraria Económica, que deu à estampa uma “poema realista” seu, assinado com o pseudónimo Francisco Valença, em 1880; mas a sua editora veio a estar vocacionada sobretudo para temas populares de monólogos e paródias teatrais, poemas e canções, para além de exemplares de cordel de que sobreviveram escassíssimos exemplares (Fig. 14), num repertório que foi ainda continuado pelo seu compadre, “romancista e dramaturgo popular”, Frederico Napoleão Vitória (Marques, 1935: 43-46).



Figura 13. Uma «leitaria» de Lisboa, fotografia de Joshua Benoliel, p&b, 1907. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa

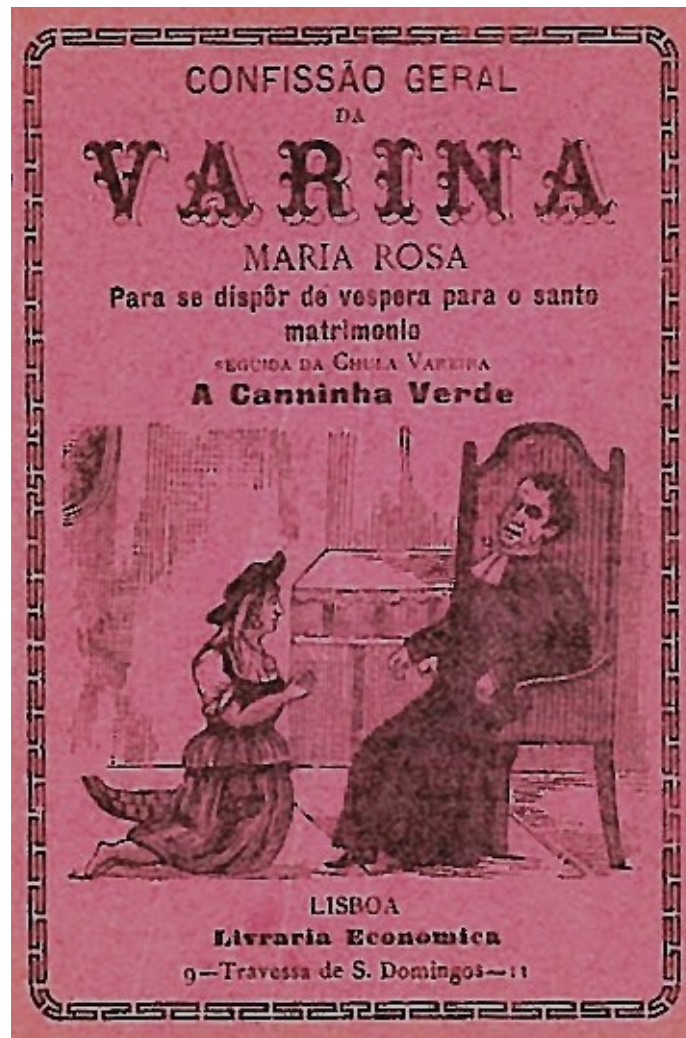


Figura 14. Folheto de literatura de cordel da Livraria Económica, [c. 1880]

Na tertúlia que circulava entre a Leitaria Costa e a Livraria de Domingos Fernandes tinham parte, num câmbio de experiências e vivências, além de escritores da boémia literária e outros mais conhecidos dos meios populares, artistas de espectáculos e “gentes de toda a casta, de homens de letras a gandaieiros, moços de corda e fadistões” (Almeida, 1923: 50-51), uns quantos, mesmo futuros, editores com projectos de enciclopédias de conhecimentos úteis, mas sobretudo abertos à “epidemia dos textos marginais” em que Artur Anselmo coloca os romances de sensação (Anselmo, 1997: 125) cuja massificação encontrava resposta lucrativa. Um desses editores, “Pedro Correia, um dos grandes editores de Portugal, antecessor de David Corazzi” nos esquemas empresariais e diversidade e publicações (Marques, 1935: 50), tinha

com o seu nome uma colecção de sucessos literários traduzidos de autores estrangeiros, impressos na Tipografia do Diário Ilustrado, mas também estará estado aos impressores Lallemand Frères em edições do mesmo género (73). Qualquer destes projectos a que Pedro Correia esteve ligado publicava, por volta de 1870, um dos *best-sellers* da época, Ponson du Terrail, nomeadamente o seu ciclo do aventureiro Rocambole, em tiragens populares do “romance de mais fantasiosas situações que se conhece, em volumes de formato reduzido, que vendia a cem réis cada” e com “um êxito enorme” (50-51). O escritor francês era uma “mina de ouro” em Portugal, publicado em simultâneo por diferentes editoras, mas morreu em 1870 e Leite Bastos foi convidado a continuar o ciclo de novelas.

Desaparecido subitamente o famoso autor francês,¹² Pedro Correia não quis perder “tão depressa [uma] mina editorial tão rica como essa para explorar”, quando estava “a acabar a *Corda do Enforcado*, que é a última parte do romance” (50-51). Por esse motivo, pediu ao popular escritor Leite Bastos, tão imaginativo como boémio e extravagante, que continuasse por sua conta aquela saga literária a que acrescentou efectivamente mais “oito volumes [ou, antes, fascículos] à colecção do Rocambole”, por certo em formato de bolso e em fascículos, a que deu o título genérico de *Maravilhas do Homem Pardo*; se apenas se conhece uma reedição de 1915, em dois volumes de maior formato e sem indicação do verdadeiro autor, acrescentada à colecção de “Obras de Ponson du Terrail” da editora Guimarães, já antes daquela data Fialho de Almeida dera fé da edição dessa sequela portuguesa “que muitos anos passou por ser do próprio Terrail” (Almeida, 1923: 50).

Em conclusão, na complexidade relacional de meios culturais distintos, as interações tornam-se notórias, mas nem por isso deve deixar de distinguir-se uma *cultura de rua* autónoma dos meios cultos e da sua criação intelectual, tanto mais que as elites intelectuais não deixaram de depreciar essa cultura industrial para as massas ou, na sugestiva expressão de

¹²Ponson du Terrail perdeu a vida, já quase no termo da guerra franco-prussiana, em que se alistara como franco-atirador, deixando inconclusa a sua saga do herói Rocambole.

Eça de Queirós, “a turba que se chama o público, que lê alto e à pressa no rumor das ruas” (Queirós, 2009: 189). Com agentes e meios culturais próprios, capazes de produzir objectos de leitura passíveis de uma apropriação que conferiu aos meios populares, em particular nas condições sociais e culturais urbanas, um universo específico de práticas e de representações, de interesses e de ensejos que nem uma filantropia, nem um humanitarismo de alguns meios cultos conseguiram tocar. Estamos, socialmente falando, perante uma cultura paralela e concorrente que representou um passo numa democratização do acesso à cultura; porém, no seu reverso, não deixou de ser uma cultura incipiente permeável à instrumentalização ideológica das massas – o que implica tanto o seu reconhecimento como a sua disponibilidade. Se o movimento republicano, que se afirmou politicamente no curso deste processo, aproveitou a emulação das classes populares urbanas e nelas encontrou eco para os seus projectos, as mesmas massas não deixaram de estar disponíveis para alienar-se a outras vezes quando, no ocaso do período aqui em estudo, surgiram projectos de ditadura que, em Portugal, desembocaram no Estado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRIA, Maria Fernanda. (1990). *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): As vias e o tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

ALMEIDA, Fialho de. (1890). As fotografias. In *Pasquinadas: Jornal dum vagabundo*. Porto: Civilização.

ALMEIDA, Fialho de. (1923). *Figuras de destaque: Livro póstumo*. Lisboa: Livraria Clássica.

ALMEIDA, Mario de. (1918). *A Cidade Formiga*. Lisboa: Empreza Luzitana.

ANSELMO, Artur. (1997). *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

Anuário estatístico (1877-1931). Lisboa: Imprensa Nacional.

BARRETO, José. (1981). Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (I). *Análise Social*, XVII-66, 253-291.

CABRAL, Manuel Villaverde. (1988). *Portugal na Alvorada do Século XX* (2ª ed.). Lisboa: Presença.

CHARTIER, Roger. (1989). Le monde comme représentation. *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 44-6, 1505-1520.

Diário Ilustrado. (17/09/1910). Lisboa: Impr. de Souza Neves.

DIAS, Luís Augusto Costa. (2007). O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX - primeiro quartel do século XX). *Estudos do Século XX*, 7, 307-317.

DIAS, Luís Augusto Costa. (2018). Personagens inventadas: jornalismo e ficção na I Grande Guerra mediática (1914-1918). *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, 6, 41-59.

DOMINGOS, Manuela. (1985). *Estudos de sociologia da cultura: Livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa.

FERNANDES, Rogério. [1971]. *João de Barros, educador republicano*. Lisboa: Horizonte.

GAMA, Eurico. (01/01/1858). Achegas para a história do caminho de ferro de leste. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, LXX, 25-26.

GIL, Manuel Figueiredo dos Santos. (1909). *Comércio de livros: Dissertação bibliológica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

GOMES, Joaquim Ferreira. (1996). *Estudos para a história da educação no século XIX*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

GOUVEIA, Cristina & DIAS, Luís Augusto Costa. (2017). A desenhar e a documentar graficamente. In GOUVEIA, Cristina (Coord.), *Roque Gameiro na imprensa* (pp. 19-42). Amadora: Casa Roque Gameiro.

KALIFA, Dominique. (2001). *La culture de masse en France. 1 - 1860-1930*. Paris: La Découverte.

- LEITE, Joaquim da Costa. (2005). População e crescimento económico. In LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgs.). *História económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II (pp. 43-77). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MAGALHÃES, Justino. (2014). *Do Portugal das luzes ao Portugal democrático. Atlas-repertório dos municípios na educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- MARQUES, Henrique. (1935). *Memórias de um editor. In memoriam de Henrique Marques*. Famalicão: Tip. Minerva.
- MARTINS, Conceição Andrade. (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, XXXII, 142, 483-535.
- MATA, Maria Eugénia. (1999). Indústria e emprego em Lisboa na segunda metade do século XIX. *Ler História*, 37, 127-144.
- MELO, Daniel. (2010). *A leitura pública na I república*. Lisboa: Húmus.
- NOGUEIRA, Carlos. (2004). *O essencial sobre a literatura de cordel*. Lisboa: IN-CM.
- O País*. (28/07/1910). Lisboa: [s.n.].
- Os Serões: revista mensal ilustrada*. (09/1910). Lisboa: [s.n.].
- PINTASSILGO, Joaquim. (2011). As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres. In CARVALHO, Marta Maria Chagas de e PINTASSILGO, Joaquim (Orgs.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas* (pp. 1-33). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- PEIXINHO, Ana Teresa & DIAS, Luís Augusto Costa. (2015). A cidade e as suas personagens em fim de século: quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal, *Mediapolis*, 1, 91-105.
- PEREIRA, Esteves & RODRIGUES, Guilherme. (1906). *Portugal: Dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Vol. II. Lisboa: João Romano Torres.
- QUEIRÓS, Eça de. (2009). *Cartas Públicas*. Lisboa: IN-CM.

ROLLO, Maria Fernanda; PIRES, Ana Paula; QUEIRÓS, Maria Inês & TAVARES, João (2009). *História das telecomunicações em Portugal: da Direcção-Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*. Lisboa: Fundação Portugal Telecom / Tinta da China.

SILVA, João. (2016). *Entertaining Lisbon: Music, theater and modern life in the late 19th century*. Nova Iorque: Oxford University Press.

VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de. (1870). Palavras introdutórias. In PINHEIRO, Rafael Bordalo. *O Calcanhar de Aquiles. Album de caricaturas* (pp. 6-7). Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano da Sousa Neves.

VIANA, Mário. (1990). David Corazzi, um editor português do século XIX, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2, 5 (2), 109-132.